

REVISTA MARACANAN

Artigos

A questão imigratória na revista Diretrizes: um reflexo da disputa editorial entre Azevedo Amaral e Samuel Wainer

The theme of immigration in Diretrizes: a reflection on an editorial contest between Samuel Wainer and Azevedo Amaral

Yuri Barbosa Resende*

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 08 maio 2023.


Aprovado em: 14 out. 2023.

Publicado em: 06 set. 2023.



Agradeço à minha orientadora Angela de Castro Gomes e ao professor Fábio Koifman, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela solicitude, frutíferos debates e leituras críticas deste artigo. A pesquisa que originou este trabalho foi desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense e recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (ybresende@gmail.com).

 <https://orcid.org/0000-0001-9592-4510>

 <http://lattes.cnpq.br/1096904421850289>

Resumo

Neste artigo analisamos as ideias defendidas pelo diretor da revista *Diretrizes*, Azevedo Amaral, a respeito da imigração e da presença dos chamados "quistos coloniais" no interior do país, comparando-as com as opiniões publicadas por outros colaboradores do periódico, em particular seu sócio Samuel Wainer, entre os meses de abril e outubro de 1938. Pretendemos demonstrar que esses temas suscitaram divergências na redação, uma vez que Wainer e outros colaboradores assinaram textos com perspectivas antagônicas àquelas apresentadas por Amaral. Ao passo que este defendia uma política imigratória dirigida, fundamentada em preceitos eugenistas e cujo objetivo era branquear a população brasileira, além de recorrentemente avaliar decretos editados pelo governo federal sobre essas questões, Wainer e outros redatores, na contramão, manifestavam opiniões favoráveis a uma legislação imigratória menos restritiva, argumentando em prol da abertura irrestrita dos portos, sobretudo aos refugiados, e das comunidades de imigrantes e descendentes instaladas no país.

Palavras-chave: *Diretrizes*. Estado Novo. Imigração. Azevedo Amaral. Samuel Wainer.

Abstract

In this article we analyze the ideas expressed by the head of the Brazilian magazine *Diretrizes*, Azevedo Amaral, regarding immigration and the presence of "colonial cysts" in the Brazilian countryside, and we compare them with the opinions published by other contributors to the journal, in particular his associate Samuel Wainer, from April to October 1938. We aim to show that these issues led to disagreements within the magazine office since Wainer and other collaborators published texts with antagonistic opinions to those of Amaral. While the head defended a targeted immigration policy based on eugenic precepts, which aimed to whiten Brazilian population and endorsed the legislation enacted by the federal government, Wainer and other contributors advocated less restrictive immigration legislation, arguing for the unrestricted opening of ports, especially to refugees, and defending the communities of immigrants and their descendants settled in Brazil.

Keywords: *Diretrizes*. Estado Novo. Immigration. Azevedo Amaral. Samuel Wainer.

Introdução

Entusiasta do Estado Novo e afamado nos meios intelectuais pela defesa de teses autoritárias e antiliberais, o pensador Azevedo Amaral (1881-1942) desejava criar um espaço na imprensa que privilegiasse a discussão do cotidiano do país e a difusão do espírito do novo regime brasileiro, o qual definia como “democracia autoritária”.¹ Para essa empreitada, convidou seu então secretário pessoal, o jornalista Samuel Wainer (1910-1980). Assim nasceu, em março de 1938, na cidade do Rio de Janeiro, o mensário *Diretrizes*, cujo primeiro número apareceria nas bancas já no mês subsequente (Wainer, 1988, p. 49-50). Apresentando o subtítulo “Política, economia, cultura”, a revista foi dirigida nos sete primeiros meses pelo próprio Amaral, ao passo que Wainer assumiu o posto de diretor-secretário. Durante esse período, contudo, podemos observar uma paulatina disputa entre duas linhas editoriais distintas sendo travada nas páginas do impresso.

A primeira delas pode ser verificada, sobretudo, nas seções assinadas pelo diretor e em uma série de artigos, sem indicação de autoria, sobre temas nacionais. Esses textos caminhavam ao encontro do pensamento político² de Amaral: defendiam o regime estadonovista, exaltavam as virtudes do presidente e ambicionavam criar um consenso entre a elite intelectual em torno das “razões do atraso” brasileiro e a solução a ser adotada, isto é, o autoritarismo corporativista inaugurado pelo golpe de novembro de 1937. Uma outra linha editorial, paralela à primeira, por sua vez, encontra-se diluída entre as diferentes colaborações de Wainer e demais redatores, assinadas ou não, que compunham cada número: reportagens sobre a vida no interior do país, análises sobre as tensões diplomáticas na Europa diante do avanço fascista, artigos opinativos sobre a política nacional, seções fixas voltadas à valorização da cultura brasileira que abordavam tópicos como literatura, cinema, os programas de rádio etc. Malgrado alguns pontos de contato entre os dois programas editoriais, como o combate ao integralismo e ao antissemitismo, no segundo encontramos uma orientação política distante da apologia do Estado Novo, tão cara ao diretor de *Diretrizes*. Há, com efeito, o investimento num jornalismo crítico a algumas medidas

¹ Situado no Primeiro Governo Vargas (1930-1945), o Estado Novo inicia-se a 10 de novembro de 1937, quando, em síntese, Getúlio Vargas realizou um “autogolpe”: rasgou a Constituição de 1934, fechou os parlamentos e passou a governar o país ditatorialmente sob a égide de uma nova Carta de viés autoritário e corporativista. O presidente-ditador seria deposto somente em 29 de outubro de 1945, ocasião de um novo golpe comandado pela alta cúpula das Forças Armadas.

² Mobilizamos aqui a noção de “pensamento político” em vez de, por exemplo, “teoria política”, a partir da distinção oferecida pelo cientista político Christian Edward Lynch (2013), para quem a primeira refere-se, fundamentalmente, a uma práxis política, de modo que não apresenta “o mesmo rigor, a mesma coerência, a mesma universalidade [de uma teoria política]”. Lynch sustenta que um pensamento político é organizado a partir de reflexões sobre particularidades nacionais, manifestando-se “por meio de leis, códigos, poemas e histórias das ideias, panfletos e discursos públicos”, ao passo que uma teoria (ou filosofia) política detém um caráter mais universal, oferecendo, portanto, reflexões abstratas sobre temas mais gerais (*Ibidem*, p. 732-733).

levadas a cabo pelo governo brasileiro, além de abertamente engajado na luta antifascista e nacionalista.

Essa contenda editorial terminou em outubro de 1938 com a saída de Amaral de *Diretrizes*, insatisfeito com os intelectuais recrutados pelo sócio para compor a redação (muitos deles com histórico de oposição a Vargas, ressalta-se) e, por conseguinte, com o rumo tomado pela revista. Além disso, o experiente jornalista descobriu que Wainer registrara a propriedade do periódico apenas sob seu nome, descumprindo o acordo de cavalheiros que fora averbado (Amaral, 1938, s./p.; Wainer, 1988, p. 54). Levando consigo o patrocínio de dois contos de réis empresa Light & Power, Amaral fundou uma nova revista já no mês subsequente, intitulado-a, com certa dose de provocação, de *Novas Diretrizes* – esta, sim, integralmente fiel ao seu pensamento político (Amaral, 1938). Wainer, por seu turno, permaneceu no comando de *Diretrizes*, agora como único dono do impresso, disposto a aprofundar a linha editorial combativa. Pela frente, contudo, havia a truculência do regime, a repressão da polícia política e a formatação de um aparato censor de proporções até então inéditas no país, o qual se consolidaria em fins de 1939 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob o comando de Lourival Fontes.

Apesar da conjuntura adversa, *Diretrizes* logrou sobreviver por seis anos. Tornou-se semanal no fim de 1940 e foi publicada regularmente até julho de 1944, quando seu registro foi cassado pelo DIP – e, conseqüentemente, sua cota de papel-jornal cortada – em represália ao teor do material publicado. Ao longo da existência da revista, Wainer arregimentou uma parcela da fina flor da intelectualidade de inclinação progressista para compor sua redação: Astrojildo Pereira, Otávio Malta, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Carlos Lacerda (então militante comunista), Joel Silveira, Osório Borba, Álvaro Moreyra, Moacir Werneck de Castro, Francisco de Assis Barbosa e Rubem Braga são alguns dos nomes que assinaram textos para a publicação.

Nosso objetivo neste artigo é analisar as ideias defendidas por Azevedo Amaral em *Diretrizes* no que tange à política imigratória brasileira, comparando-as com as opiniões publicadas por outros colaboradores do periódico, em particular Samuel Wainer. Pretendemos demonstrar que esse tópico, a exemplo da correlata questão da presença dos chamados “quistos coloniais” no interior do país, suscitou divergências na redação, uma vez que Wainer e outros colaboradores assinaram textos com opiniões antagônicas àquelas apresentadas pelo diretor. Amaral defendia uma política imigratória dirigida, calcada em preceitos eugenistas e ainda mais rigorosa do que previa a Carta outorgada em 1937, bem como avalizava decretos editados pelo governo federal sobre essas questões, apresentando sugestões complementares, sempre tendo em vista a necessidade de branquear a população brasileira. Wainer e outros redatores, na contramão, manifestavam opiniões favoráveis a uma legislação imigratória mais branda, argumentando em prol da abertura irrestrita dos portos, sobretudo, para refugiados, e defendiam as comunidades de imigrantes e descendentes instaladas no país.

Procuramos aqui não apenas oferecer uma modesta contribuição à compreensão do pensamento de Azevedo Amaral em relação ao tema da imigração, mas, mormente, evidenciar

a tentativa do ideólogo de legitimar as medidas adotadas pelo novo regime em um veículo de imprensa, justificando-as a partir de estratégias retóricas³ diversas e relacionando-as ao seu próprio pensamento político. Além disso, como antecipamos, ambicionamos demonstrar como as diferentes perspectivas acerca da questão imigratória e da assimilação dos “elementos alienígenas” presentes nas páginas de *Diretrizes* refletem a luta travada na redação entre duas posições editoriais (e políticas) distintas.

Esta pesquisa foi orientada pela compreensão de Amaral e Wainer como *intelectuais mediadores*⁴, considerando, além da mediação política empreendida a partir de seus respectivos textos, aquela relacionada à atividade editorial de ambos em *Diretrizes*. Entendemos, subscrevendo a perspectiva de Nuno Medeiros (2015, p. 32), que o trabalho do editor-mediador está intimamente relacionado a uma proposta de formulação do mundo inscrita no processo de escolha e recorte do intelectual que exerce tal função, o que, por conseguinte, inclui a curadoria e as modificações que dão contornos decisivos a um bem cultural que, ao ser publicado, “passa do oficioso ao oficial”.

Tendo essas considerações em mente, devemos ter em conta que o espaço de circulação de um periódico no período em exame era mais amplo e dotado de maior capilaridade do que aquele dos livros. Por meio da imprensa, um intelectual que integrasse regularmente uma redação, ou mesmo aquele que fosse convidado pelo editor a redigir uma colaboração específica, poderia entrar em contato com um público leitor que, regularmente, não teria acesso à sua produção e, por conseguinte, às suas ideias – seja por impeditivos econômicos, seja por ausência de um interesse prévio. Um editor, portanto, considerando a fonte com a qual estamos trabalhando, isto é, a revista *Diretrizes*, atua como mediador tanto no sentido de inscrever sua própria produção escrita em um periódico, ou seja, por meio de suas colaborações, quanto ao selecionar outros intelectuais para esse mesmo tipo de atividade e, conseqüentemente, promover uma curadoria sobre o conteúdo publicado que reflita a linha editorial perseguida.

Finalmente, ressalta-se que, ao mobilizarmos textos de Azevedo Amaral publicados em *Diretrizes*, desejamos trazer para o debate historiográfico uma significativa parcela da obra deste intelectual que permanece pouco explorada pela literatura acadêmica. Conforme veremos, são variados os estudos que abordam o pensamento de Amaral a partir de seus livros – em especial, *O Estado autoritário e a realidade nacional* – e contribuições para *Cultura Política*, contudo, ainda são escassos os trabalhos que enfocam seus escritos para outros impressos.

³ Entende-se aqui por retórica, sem maiores delongas, o conjunto de técnicas empregadas por um autor em seu discurso com o propósito de legitimá-lo diante da audiência e convencê-la a abraçar determinada perspectiva.

⁴ Não poderemos nos aprofundar aqui, em virtude dos limites deste trabalho, no debate teórico teórico-metodológico sobre intelectuais mediadores. Assinalamos, entretanto, em linhas gerais, que Angela de Castro Gomes e Patricia Hansen (2016) postulam que convém analisarmos um intelectual mediador evitando-se a visão hierarquizada de um mero “simplificador” ou “repetidor”, dedicando especial atenção às trajetórias, redes de sociabilidade e geração.

Um sucinto balanço do pensamento político de Azevedo Amaral na literatura acadêmica

Nos anos 1930 havia um esforço da elite intelectual brasileira no sentido de pensar o país a partir da reflexão sobre o conturbado momento político e econômico vivenciado. Os intelectuais compartilhavam um forte sentimento de "missão", isto é, sentiam-se imbuídos da tarefa de construir a nação brasileira a partir do estudo da realidade nacional sob os mais variados aspectos (Oliveira, 1980, p. 38). Podemos situar a obra de Azevedo Amaral em uma leva de produções que intentavam diagnosticar os "problemas brasileiros"⁵ e apresentar possíveis soluções para eles. Esses escritos estão relacionados a um campo que convencionou-se chamar de "estudos brasileiros", integrado por intelectuais cujas obras

abraçavam áreas como literatura, história, geografia, etnografia, sociologia, direito, arte, educação, folclore, música e teatro, por exemplo. Tais estudos, como o nome indica, respondiam a questionamentos fundamentais sobre o que era e, principalmente, o que deveria ser o Brasil, buscando fundamentação no conhecimento das "raízes" do processo de formação histórica do país, para uma melhor orientação quanto ao traçado de diretrizes que permitissem ultrapassar nossos "males" (*Idem*).

Oriundo de uma família tradicional, Amaral era filho de Angelo Thomaz do Amaral, cujos negócios no ramo da construção de estradas estavam associados aos de Visconde de Mauá no século XIX. Ele era médico de formação, tendo realizado parte de seus estudos em Berlim; jamais exerceu a profissão, contudo. A partir de 1906, dedicou-se à carreira jornalística e foi correspondente do *Correio da Manhã* na Inglaterra por mais de uma década, assinando a coluna "Cartas de Londres". Ao voltar para o Brasil, ocupou o cargo de diretor interino daquele jornal, foi redator-chefe de *O País*, participou da fundação de diversas publicações, como *Rio-Jornal*, *A Nação* e *O Dia*, e escreveu para periódicos variados, como *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Cultura Política*. Já no início da década de 30, Amaral empenhou-se na escrita de livros: *Ensaio brasileiro* (1930), *O Brasil na crise atual* (1934), *A aventura política do Brasil* (1935) e *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) – os dois últimos editados pela casa José Olympio. Em 1941, publicou ainda uma biografia do presidente-ditador em exercício, intitulada *Getúlio Vargas, estadista*. O intelectual gozava de um cargo burocrático no DIP e, concomitantemente, continuou assinando artigos para a imprensa carioca até o fim da vida, sempre investindo na defesa e divulgação de seu pensamento político.

Amaral rejeitava a possibilidade de o Brasil deixar-se levar tanto pelos ventos fascistas, oriundos da Alemanha e Itália, quanto pelo "bolchevismo russo". Propunha, na contramão, uma outra via capaz de superar o liberalismo ortodoxo: somente um regime autoritário centralizador, inspirado no corporativismo e liderado por um político como Getúlio Vargas, visto por ele como dono de virtudes únicas, poderia colocar o Brasil no rumo da industrialização, entendida como

⁵ A abrangente expressão "problemas brasileiros" aparecia correntemente em escritos de pensadores autoritários, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana, na imprensa e, inclusive, nos discursos de Getúlio Vargas (Fonseca, 1989, p. 230).

sinônimo de modernidade civilizacional e emancipação econômica.⁶ Para tanto, o país demandava uma democracia que recusasse, simultaneamente, a falência política perpetrada pelos liberais da Primeira República e a hipertrofia estatal característica dos “totalitarismos” – abarcando, sob este rótulo, os regimes comunista e fascista. A partir deste raciocínio, era formulada a noção de “democracia autoritária”, a qual

propunha a prevalência do princípio da autoridade, não como um obstáculo à liberdade individual, mas como o único meio legítimo de sua realização. Devia haver uma sincronia perfeita entre os ideais da coletividade nacional e o espaço de movimentação individual. O conceito de liberdade subsistia, associado à dimensão dos direitos civis individuais, mas apenas como uma categoria capaz de integrar os ideais de realização do interesse coletivo, sob os auspícios de uma autoridade ordenadora da sociedade.

A ilusão igualitária obscurecera o reconhecimento da existência de uma ordem social hierarquizada. O regime democrático não era o regime da pseudorepresentação eleitoral de indivíduos iguais, que na verdade não existem; mas aquele da organização corporativa dos indivíduos em sindicatos diferenciados e dotados de poder político. A nova democracia era a democracia das corporações, que se constituíam como centros de organização e orientação dos indivíduos para o bem público e representavam fontes originárias da vontade popular (Gomes, 2005a, p. 203-204).

Esse novo modelo de democracia – subscrito por outros pensadores autoritários, como Almir de Andrade e Francisco Campos – visava a superação da “falsa dicotomia entre democracias (sempre entendidas como liberais) e ditaduras, na medida em que se abria a possibilidade de existir um Estado forte e democrático, através da revitalização do sistema presidencialista de governo” (Gomes, 2005b, p. 112).

Jarbas Medeiros (1975, p. 32-42), escrevendo na década de 1970, afirma que a retórica de Amaral apresenta traços marcadamente nacionalistas e elitistas, uma característica que compartilhava com pensadores coevos, como Oliveira Viana, e predecessores, sendo Alberto Torres o mais notório. O projeto de industrialização de Amaral associado ao novo regime, sustenta Medeiros, estava relacionado à demanda de que os trabalhadores nas cidades desfrutassem de melhores condições de vida e se engajassem na atividade das corporações – isto é, sindicatos, conselhos técnicos e órgãos de controle.

José Murilo de Carvalho (1991, p. 95), por sua vez, ao esquadrihar o pensamento de Oliveira Viana, comparou-o diretamente com Azevedo Amaral: embora este compartilhasse com aquele algumas características basilares – como a opção por uma saída autoritária em molde corporativista –, o diretor de *Diretrizes* defendia ideias que visavam a implementação de um tipo de “engenharia social” capaz de promover o capitalismo industrial na sociedade brasileira. Desse modo, o corporativismo da proposta de Amaral seria menos uma resolução da questão da

⁶ Segundo Gomes (2012, p. 190-197), Amaral inspirava-se, neste ponto, na “teoria dos câmbios internacionais” de Mihail Manoilescu. *Grosso modo*, o pensador romeno argumentava que o fim da Primeira Guerra Mundial havia inaugurado uma era de “descentralização industrial”, a qual deveria ser aproveitada pelos países essencialmente agroexportadores a fim de se industrializarem. Dessa forma, somente por meio da industrialização as nações poderiam avançar economicamente e superar seus respectivos atrasos, reivindicando uma verdadeira soberania econômica ao não serem mais exclusivamente dependentes das conjunturas do mercado internacional.

representatividade política do que um método de organização econômica hierarquizada, capaz de viabilizar a modernização do país.

A defesa reiterada do autoritarismo associado a uma proposta de verve industrializante e nacionalista constitui, na leitura de Angela de Castro Gomes (2005b, p. 106-107), uma originalidade do nosso pensador na medida em que nenhum dos seus contemporâneos se dedicou tão vigorosamente à discussão desta questão a partir da análise de fatores econômicos, objetivando essencialmente a superação das "causas do atraso". Bolívar Lamounier (1981, p. 2), ao prefaciá-la uma reedição de *O Estado autoritário e a realidade nacional*,⁷ em 1981, vai ao encontro dessa interpretação, afirmando que Amaral é "um dos mais articulados expositores de um determinado diagnóstico a respeito da formação histórica brasileira. É também um dos mais argutos analistas da conjuntura dos anos trinta". Lucia Lippi de Oliveira (1982, p. 49) acrescenta, por seu turno, que os anos residindo na Inglaterra devem ter influenciado decisivamente na proposta industrializante concebida pelo intelectual, ressaltando que ele "não se mantém saudosos do país agrário, nem mesmo se ocupa em modernizar o campo, já que não será por esta via que o Brasil haverá de alcançar a forma superior da civilização".

Quanto aos estudos voltados para as colaborações de Amaral para a imprensa, limitando-nos aqui àqueles que ultrapassam as páginas de *Cultura Política*, Joëlle Rouchou (2015) ofereceu uma significativa contribuição ao proceder um exame de seus artigos para *Diretrizes*; todavia, a atenção da pesquisadora também é capturada pelas colaborações de Rubem Braga e Álvaro Moreyra nas páginas da revista, resultando numa análise, sobretudo, panorâmica. Um outro trabalho sobre as contribuições de Amaral para a imprensa examinou, em particular, a revista *Novas Diretrizes*, de modo a assinalar como este intelectual tratava de tópicos variados nesse periódico a partir de uma tônica que preconizava a promoção do regime estadonovista e o debate das estratégias a serem adotadas em face dos desafios nacionais e internacionais – uma postura editorial, portanto, bastante próxima daquela que vislumbrara originalmente para o mensário criado com Wainer (Fernandes, 2018). Por fim, foi publicado recentemente um estudo que analisou os textos da já mencionada coluna "Cartas de Londres", publicada no *Correio da Manhã* entre 1910 e 1917, demonstrando como os textos gozavam de uma boa recepção no Brasil e antecipavam alguns aspectos do pensamento político de Amaral que seriam desenvolvidos em seus livros nas décadas subsequentes (Cf.: Rodriguês, 2023).

A legislação imigratória sob o olhar do diretor de *Diretrizes*

Em 1938, Azevedo Amaral, além de publicar *O Estado autoritário...*, também traduziu o livro *O século do corporativismo*, do pensador romeno Mihail Manoilescu (1891-1950), cujas postulações teóricas acerca do modelo corporativista inspiravam-no (Cf.: Gomes, 2012). Naquele prolífico ano, fundou também a revista de *Diretrizes*, tendo como sócio na empreitada

⁷ Doravante referenciado como *O Estado autoritário...*

o jornalista Samuel Wainer. Nas primeiras edições do periódico, nomes como Carlos Lacerda, Álvaro Moreyra, Osório Borba e Rubem Braga contribuíram com regularidade. Outros intelectuais de vulto, como Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré e Oswald de Andrade, também estiveram presentes ocasionalmente.

É possível admitir que a direção e participação de Azevedo Amaral na publicação foram paulatinamente minadas em virtude de divergências quanto ao programa editorial a ser seguido. Se havia concordância com Wainer e demais colaboradores quanto a alguns temas, como o combate ao integralismo e ao antissemitismo, outras questões sensíveis, em particular aquelas envolvendo a política imigratória e o tratamento dispensado aos então chamados “quistos coloniais” no interior do país, revelavam dissonância entre os pontos de vista do então diretor e os artigos e reportagens assinados pelos demais integrantes da redação.

Antes de romper com Wainer, Amaral ocupou o cargo de diretor de *Diretrizes* entre abril e novembro de 1938. Ele assinava duas seções fixas, regularmente destacadas na capa da publicação junto ao seu nome: “A política do mês” e “Comentário internacional”. Na primeira, saudava a figura de Getúlio Vargas, atacava inimigos ideológicos e sustentava a compatibilidade entre democracia e autoritarismo no novo regime. Em linhas gerais, concentrava-se em assuntos relacionados à política nacional, abordando-os à luz da defesa do Estado autoritário. Já em “Comentário Internacional”, informava sobre a política internacional europeia, analisando, por exemplo, as escolhas diplomáticas da Inglaterra e a intervenção fascista, promovida por Alemanha e Itália, na Guerra Civil Espanhola.

Observando os propósitos deste artigo, limitar-nos-emos aqui aos textos de “A política do mês”, posto que foi nesta seção que Amaral tratou mais detidamente da questão imigratória. A estratégia argumentativa regularmente utilizada pelo intelectual nessa seção era a seguinte: partindo de um novo fato sobre o cenário político nacional, ele apresentava uma análise que visava explicar ao leitor como aquele acontecimento se relacionava com o espírito do novo regime brasileiro. Na ocasião do *putsch* integralista, em 11 de maio de 1938, por exemplo, Amaral fez do ataque dos camisas-verdes a Getúlio Vargas e sua família, no Palácio Guanabara, uma oportunidade para ressaltar os perigos aos quais o Brasil estava submetido e sublinhar a importância tanto da personalidade “extraordinária” do presidente, quanto do novo regime como um todo.

Se sob o viés econômico, a questão civilizatória, na ótica de Amaral, estava intimamente relacionada à necessidade de industrializar o país, sob a perspectiva sociocultural, urgia a necessidade de lidar com o chamado “problema étnico brasileiro” a partir de teses eugenistas. Segundo Maria Izabel Braga Weber Vanderlei (2000, p. 13-14), o diretor de *Diretrizes* transportava uma lógica própria das ciências naturais para os estudos sociológicos, o que guardava proximidade, por exemplo, com a formulação das teses eugênicas em voga à época. Não é casual, portanto, que o intelectual tenha participado ativamente do I Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, ocasião na qual apresentou um trabalho intitulado “O problema eugênico da imigração”. Um dos argumentos centrais do texto antecipava uma posição que viria a ser

reafirmada em *O Estado autoritário...* nove anos depois, isto é, a necessidade de branqueamento do povo brasileiro, marcado pela presença de uma “mestiçagem degenerada”, por meio da execução de uma política imigratória que vedasse a entrada de não brancos no país. A construção de uma unidade nacional e o retorno do Brasil à trilha da civilização e modernidade eram associados, portanto, ao enfrentamento dos problemas relacionados à recepção e assimilação dos imigrantes.

Ao avaliar a situação dos “quistos coloniais” no sul do país, na edição de *Diretrizes* publicada em maio de 1938, Azevedo Amaral expõe sua preocupação com as comunidades alemãs ao considerar que elas constituíam uma ameaça à soberania e homogeneidade nacionais. Este era, sob sua ótica, um problema premente, pois

os laboriosos colonos alemães e os seus descendentes, caracteristicamente denominados no Brasil meridional de teutos, não tinham muita coisa de brasileiros. Não os ligavam ao resto da nacionalidade os vínculos da língua nem as afinidades do sangue. Os seus costumes eram diferentes, e a atmosfera social da região em que eles haviam criado a miniatura de uma civilização diferente da nossa, nada tinha de comum com a ambiência autenticamente brasileira (Amaral, “A política do mês”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 3).⁸

Ressalta-se que a política imigratória estava na ordem do dia àquela altura. Uma série de decretos foi editada, em 1938, a respeito desse tema, visando aumentar o controle da concessão dos vistos e da entrada de estrangeiros no Brasil, além de terem sido criados órgãos consultivos, como o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) (Koifman, 2020, p. 157-204). O governo almejava, em linhas gerais, formatar um aparato jurídico-legal, pretensamente orientado por parâmetros técnicos, que solucionasse questões relacionadas à entrada e permanência de imigrantes no país.

Tendo em mente esse cenário, Amaral avaliza, no segundo número de *Diretrizes*, o recém-editado Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril daquele ano, o qual proibia todo estrangeiro de “exercer qualquer atividade de natureza política” e “imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país” (BRASIL, 1938a). Respalhando a nova legislação, o jornalista afirma que a nacionalização de escolas alemãs, a repressão de supostas atividades nazistas no sul do país e a proibição de que “brasileiros natos usem correntemente um idioma estrangeiro” eram medidas afinadas com a de outros países em um momento de crescente tensão internacional (Amaral, “A política do mês”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 4).

Propagandeado como um atento observador das mudanças na conjuntura internacional, Vargas é recorrentemente elogiado no texto pela sua determinação ao enfrentar os desafios da questão imigratória no território nacional. Em contraponto, Amaral acusa Plínio Salgado de

⁸ A fim de privilegiar a fluidez da leitura e tendo em vista a ausência de prejuízo para nossa análise, a ortografia de todas as citações de textos publicados em *Diretrizes* foi atualizada com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigência no Brasil desde 2009.

aproveitar-se da delicada situação com o objetivo de arregimentar imigrantes para os quadros da Ação Integralista Brasileira (AIB):⁹

Os quistos coloniais que negligentemente deixamos formarem-se em certas regiões do país, longe de despertarem preocupações patrióticas entre os chefes integralistas, foram por eles encarados como bases para o desenvolvimento dos seus planos de conquista da nação (Amaral, "A política do mês", *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 5).

Pretendendo tornar o referido decreto mais palatável ao leitor e tranquilizá-lo sobre eventuais consequências, Amaral lança mão da estratégia de traçar um paralelo entre Brasil e Estados Unidos: embora admita que o país norte-americano seja pouco suscetível aos perigos germânicos, seus governantes já estariam lidando com uma opinião pública que demandava legislação específica contra a infiltração nazista, exatamente o que Vargas estava executando, antecipando-se a um vindouro clamor popular. Logo, uma vez que a questão se tornava premente também no vizinho do norte, "o ato do Presidente Getúlio Vargas, que não pode deixar de merecer apoio incondicional de todos os bons brasileiros, está sendo aliás bem compreendido fora das nossas fronteiras" (*Idem*).

Havia, contudo, na leitura do articulista, um óbice nas medidas adotadas pelo governo brasileiro: elas demandariam tempo para surtir o efeito desejado. Apresenta, então, uma sugestão que julga mais eficaz a curto prazo, a saber, uma política pública que associasse a imigração dirigida com um programa de desapropriações compulsórias, o que daria cabo, por exemplo, do problema dos "enquistamentos" alemães.

Agora o que cumpre fazer é encaminhar quanto antes para aquelas regiões, correntes imigratórias procedentes de outros países europeus, principalmente portugueses, espanhóis e italianos. A fim de fixar esses novos imigrantes, o governo, onde não tivesse terras devolutas para colocá-los, poderia desapropriar parte dos que ora pertencem a elementos de origem germânica. Por meio deste último expediente conseguir-se-ia introduzir no seio dos próprios quistos tedescos, elementos de outras nacionalidades que ao cabo de poucos anos modificaria a ambiência exclusivamente alemã daquelas localidades (*Ibidem*, p. 4).

Para nosso pensador, o povo brasileiro vivia numa "desgenia" em virtude de sua heterogeneidade, de modo que, sem o intervencionismo estatal, o país estaria perpetuamente propenso a "choques e conflitos", os quais impediriam a efetiva prática democrática em âmbito nacional. Sem uma política imigratória eficaz, sob essa ótica, "persistiriam 'forças psíquicas inassimiláveis', de cujo contato resultaria um perpétuo conflito de ideias, de sentimentos, de aspirações e até de formas de sensibilidade" (Medeiros, 1975, p. 48-49).

Ainda sobre esse tópico, em excerto transcrito de *O Estado autoritário...* e publicado em *Diretrizes* sob o título "Capitais estrangeiros e colonização", o articulista demonstra reservas em relação ao regime de cotas, previsto no artigo nº 151 da Carta de 1937, considerando-o uma herança negativa da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. "A política imigratória,

⁹ Recordar-se que àquela altura, em maio de 1938, a AIB já se encontrava na ilegalidade, em virtude do Decreto-Lei nº 37, editado em 2 de dezembro de 1937.

definida no art. 151 do novo estatuto nacional, prejudica interesses econômicos e representa um embaraço ao encaminhamento satisfatório do nosso caldeamento racial”, escreve (Amaral, “Capitais estrangeiros e colonização”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 60-64). Em suma, o texto alega que o Brasil não poderia prescindir dos imigrantes brancos tendo em vista a “formação étnica” do seu povo e a capacidade dos estrangeiros de impulsionarem a produção e a economia nacionais com sua força de trabalho.

Amaral sustenta, também, que impedir a entrada de europeus no Brasil, sobretudo de portugueses – “os melhores elementos imigratórios que podemos receber” – favoreceria as raças indígena e negra no processo de miscigenação, o que, por si só, tornava o regime de cotas “inaplicável”. Os não brancos, argumenta, apresentam aspectos “visceralmente antagônicos aos valores europeus personificados no Brasil pela raça fundamental que imprimiu os traços primaciais do estilo da nacionalidade e nos deu o sentido do progresso que temos realizado” (*Ibidem*, p. 64).

O diretor de *Diretrizes* alertava que, como consequência de uma regulação mal orientada, potencialmente benéfica aos “elementos colonizadores de outras nacionalidades”, padeceríamos, a longo prazo, com a perda dos “valores éticos superiores” herdados da colonização portuguesa (Amaral, 1981, p. 136-137). Em vista disso, fazia-se necessário controlar a imigração tanto no sentido de favorecer a entrada de elementos desejáveis quanto no de assimilá-los, evitando a formação de “quistos” com potenciais separatistas no interior do território nacional. Esse discurso evidencia a inspiração do ideólogo nas ideias eugenistas então em voga nos círculos intelectuais brasileiros, tidas por muitos de seus coevos como sinal de “modernidade cultural”. Sobre esse tópico, Fábio Koifman (2020, p. 158) explica que

a lógica era a de que o imigrante “branco” trazido ao país se assimilaria ao “não branco” brasileiro e no decorrer de algumas décadas essa miscigenação tornaria a população do país mais clara e, portanto, mais próxima das nações desenvolvidas. Os defensores das teses de “branqueamento”, mesmo com diferentes pontos de vista, identificaram-se com o eugenismo, que no Brasil ganhou conotação e propostas específicas. O movimento eugenista brasileiro a partir do congresso de 1929 passou a reforçar ainda mais a ideia de que a imigração seletiva seria uma boa solução para a “melhora” da composição étnica do povo.

Esse foi o projeto no qual esteve inserida a política imigratória brasileira no decorrer do período entre 1930 e 1945 em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo.

A reivindicação de Amaral, todavia, não é sinônimo de uma recepção irrestrita, dispensada a todo e qualquer imigrante branco – como vimos acima, os portugueses, por exemplo, eram apreciados como os elementos mais benéficos para a formação do povo brasileiro. Esse ponto, em particular, é desenvolvido em um editorial não assinado, provavelmente da lavra de Amaral,¹⁰ publicado na edição de agosto de *Diretrizes*, sob o título

¹⁰ Para além de Amaral ocupar formalmente o posto de diretor da revista, os três editoriais publicados na edição de maio também argumentam a favor de posições semelhantes àquelas defendidas por ele em *O Estado autoritário...* e em vindouros textos seus publicados na seção “A política do mês”. É lícito afirmar,

“O problema da imigração e os refugiados políticos da Europa”. O texto demanda que o país não permaneça “entregue às contingências indetermináveis do contato entre os grupos étnicos que se reúnem em nosso território”, de modo que faz-se mister “dirigir racionalmente o seu caldeamento” e, tendo em vista as levadas de refugiados que se dirigiam ao território nacional, “fazer seleções a fim de que a etnia nacional em formação venha a patentear traços individualizadores em harmonia com as ideias de grandeza política, econômica e cultural, visados pelos dirigentes desse processo de consolidação nacional” (“O problema da imigração e os refugiados políticos da Europa”, *Diretrizes*, ano I, n. 5, ago. 1938, p. 15-16). Trocando em miúdos, o editorial subscreve as ideias de Azevedo Amaral reproduzidas tanto em 1929, no I Congresso Brasileiro de Eugenia, quanto em seu livro de 1938.

É notável a inspiração do editorialista nas teses “científicas” eugenistas adaptadas à sociedade brasileira. Koifman (2012, p. 67-84) argumenta, em diálogo com outros historiadores, que a eugenia no Brasil, comumente associada às ideias nazistas, apresenta inspiração em diferentes correntes europeias e norte-americanas, mas, sobretudo, ostenta particularidades próprias que merecem ser analisadas detidamente. Intelectuais brasileiros tentaram adaptar as teses eugenistas ao Brasil a partir de uma leitura voltada à “higiene social”, de modo a evitar uma interpretação da formação do povo brasileiro como, necessariamente, degenerada e irrecuperável. O historiador apresenta o exemplo de que o controle de natalidade, comum nos Estados Unidos e Europa, não encontrou espaço no Brasil em virtude da forte influência da Igreja Católica, ao passo que a valorização de elementos como educação física, higiene e sanitário, ausente naquelas regiões, foi assimilada como parte da “ciência eugênica” em nosso país (Koifman, 2020, p. 157-204).¹¹

O editorial conclui com uma crítica à alta permissividade do regime de cotas para com os japoneses e acusando-os de serem inassimiláveis, tendo em vista a proeminência de “quistos coloniais” desses indivíduos no interior do território nacional. O texto reivindica, ainda, que o governo reajuste continuamente o sistema de cotas, priorizando de modo consciente a entrada de europeus selecionados da raça branca, os quais “trazem no seu passado as melhores credenciais das suas aptidões para colaborar com eficácia no progresso do país que tenha a felicidade de acolhê-los” (“O problema da imigração e os refugiados políticos da Europa”, *Diretrizes*, ano I, n. 5, ago. 1938, p. 16). Vale anotar que essa perspectiva em relação à questão imigratória, idêntica àquela defendida publicamente por Amaral, apresenta certo grau de proximidade com as pessimistas teses de Silvio Romero, para quem a mestiçagem brasileira poderia ser explicada pelo cruzamento entre raças, com ênfase no atribuído caráter biológico e cultural inferior de negros e índios, estando fadada à instabilidade moral e falta de “unidade antropológica”. Um caminho para superar tal óbice, sob essa interpretação, seria diminuir

por conseguinte, que, se não foi o próprio Amaral quem redigiu os editoriais, ele exerceu determinante grau de influência sobre a redação deles e concordava com seus conteúdos.

¹¹ Outra obra de referência no tema, passível de ser consultada pelo leitor interessado em mais detalhes, é: Carvalho (1998).

urgentemente os “cruzamentos” entre as “raças inferiores”, de modo que o pretense gene dominador dos brancos prevalecesse na população. Além disso, Romero também demonstrava preocupação com o potencial secessionista do “alemanismo” no sul do país (Seyferth, 2002, p. 146-147).

Amaral não era uma voz isolada no que tange à apreensão com os fluxos migratórios. Simon Schwartzman (1984, p. 166) assinala que a assimilação de imigrantes era uma preocupação compartilhada entre diversos intelectuais do período, posto que estes acreditavam que a construção do novo regime “passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia”. Giralda Seyferth (2002), por sua vez, explica que a preocupação com os chamados “enquistamentos raciais”¹² estava presente no discurso de diferentes ocupantes de cargos de poder no Estado Novo, como o ministro Francisco Campos. Argumentava-se que

para “evitar” os erros do passado, os imigrantes não deviam formar comunidades homogêneas, e a expressão “colônia mista” tornou-se denotativa da eficácia do processo de assimilação. Nesse caso, as novas áreas de colonização abertas no Sul, principalmente no planalto catarinense e paranaense, deviam receber imigrantes de diferentes procedências, e também colonos nacionais, evitando a formação dos chamados “quistos étnicos” (*Ibidem*, p. 137).

Podemos situar Amaral entre esses intelectuais ao observamos, para além dos artigos mencionados, a associação por ele empreendida entre os imigrantes alemães e o nazismo. Nas palavras do diretor de *Diretrizes*, “o pangermanismo nazista veio estimular com violento choque traumático a consciência brasileira, tornada mais suscetível a essas impressões na ambiência nacionalista da democracia autoritária” (AMARAL, “A política do mês”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 4). Em suma, tratar da questão da nacionalização do território e da assimilação dos imigrantes de diferentes origens significava, sob o prisma do jornalista, um compromisso de Vargas contra o que julgava serem infiltrações estrangeiras perniciosas. Nesse sentido, Amaral sublinhava o caráter de união entre poder público e nação inaugurada pelo novo regime e a necessidade da *permanência indefinida* do Estado autoritário, o que permitiria, na sua visão, um enfrentamento eficiente e célere de questões na ordem do dia, como a ameaça dos “enquistamentos” e a infiltração germânica, de modo a não permitir “a agravação de um mal que agora todos reconhecem já se ter tornado um perigo” (*Idem*).

Por fim, cabe adicionar que o tema da imigração também aparece em alguns textos de “Comentário internacional”. Nessa seção, Amaral alertava que o Brasil deveria seguir vigilante em relação aos avanços nazistas, posto que a anexação de territórios pelo Terceiro Reich estava fundamentada no argumento de que havia núcleos de habitantes de descendência alemã em um país ou determinada região. No número de estreia de *Diretrizes*, por exemplo, após tecer uma longa análise sobre os avanços nazistas na Europa, o jornalista reivindicou que o governo

¹² Termo pejorativo de uso corrente à época que designava comunidades de imigrantes e seus descendentes que ainda cultivavam cotidianamente elementos culturais do seu país de origem de suas famílias.

brasileiro, antecipando-se à hostilidade alemã, combatesse as “pequenas pátrias alemãs” presente no território nacional, posto que estas poderiam agir internamente a favor de Adolf Hitler (Amaral, “Comentário internacional”, *Diretrizes*, ano I, n. 1, abr. 1938, p. 20).

Divergências editoriais, posicionamentos díspares

Conforme expusemos acima, Azevedo Amaral avalizou, por meio de diferentes artigos publicados em *Diretrizes*, a repressão do Estado Novo a imigrantes presentes no Brasil e a legislação recém-implementada. Todavia, um texto, também de maio de 1938, apresentou uma abordagem divergente em relação àquela preconizada pelo diretor da publicação.

Em reportagem sobre a comunidade de imigrantes e descendentes de alemães presente na cidade de Blumenau (SC), Eudoro Berlink¹³ questionou o tratamento dado a esses grupos pelo governo brasileiro. Embora reconheça “o perigo iminente que constitui a ressonância na psicologia de um povo, das ideias totalitárias de uma nação forte e imperialista” (Berlink, “Será Blumenau uma das pequenas pátrias alemãs?”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 21) e a existência de *raros* indivíduos na comunidade simpáticos ao nazismo, insatisfeitos “com a quebra das tradições da raça” (*Ibidem*, p. 20), a tônica da argumentação do jornalista é que mesmo os “novos alemães” residentes no Brasil não deveriam ser vistos como inimigos, posto que estavam exemplarmente se adaptando ao país e, de modo mais amplo, à América do Sul.

Notável no caso das populações alemãs, não é o germanismo sul-americanizado dos seus pacatos habitantes, que têm hoje sentimentos muito mais próximos dos nossos que dos alemães atuais, é o descaso do Governo Brasileiro por esses patrícios, que ao aportarem pela primeira vez na nossa terra traziam o firme propósito de se integrarem na nossa pátria.
[...] Quando há pouco o Governo de Pernambuco pretendeu fazer a glorificação de Mauricio Nassau, lembrei-me que muito mais bem empregados seriam os esforços oficiais na exaltação da obra de colonização em Sta. Catarina (*Ibidem*, p. 21).

O jornalista adverte que a demonização dos imigrantes alemães e, por conseguinte, de sua cultura, convinha ao jogo dos camisas verdes, que poderiam, a partir da difusão do ódio e xenofobia dirigida aos estrangeiros, levá-los para suas hostes.¹⁴ Berlink sublinha que é incumbência do Estado brasileiro cuidar das pessoas presentes nessas comunidades e aponta o histórico descaso do governo federal em relação a elas. Sugere, nesse sentido, que o poder

¹³ Eudoro Lincoln Berlink (1899-1976) nasceu no Rio de Janeiro e era engenheiro de formação. Na primeira metade da década de 30 foi professor do Colégio Pedro II e, posteriormente, trabalhou como consultor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), concentrando suas atividades, sobretudo, na cidade de Santos (SP).

¹⁴ Conforme vimos, esse mesmo argumento aparece em um dos textos de Amaral de “A política do mês”, mas numa abordagem diversa. O diretor de *Diretrizes* sustenta que os integralistas se infiltravam nas comunidades de imigrantes em virtude do ambiente *naturalmente* propício para disseminação de sua ideologia, ao passo que Berlink prefere ressaltar que isso só aconteceria caso o clima de ódio e xenofobia continuasse sendo propagado, de modo a isolar cada vez mais os imigrantes que, na verdade, desejavam se adaptar à cultura brasileira.

público dedique esforços aos problemas verdadeiramente urgentes, como enchentes que assolam as casas dos imigrantes, e implemente “excursões acadêmicas” que visem estudar os povos que habitam o Sul e suas necessidades.

As populações germânicas do sul do país, merecem de nós pela civilização adiantada que transplantaram muito mais do que a odiosa desconfiança, proveniente de teorias tão estranhas a eles como a nós brasileiros de outros Estados.

São dignos de respeito pela obra de civilização que aqui realizaram, de estudo pelo contraste que apresentam como o resto da população, e da nossa fraternidade pela ausência de ideias agressivas e separatistas que demonstraram desde o início da colonização (Berlink, “Será Blumenau uma das pequenas pátrias alemãs?”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 22).

Em que pese o posicionamento dissonante do repórter em relação ao pensamento de Amaral, a crítica mais contundente à legislação imigratória em vigor partiu mesmo de Samuel Wainer – ele próprio um imigrante judeu, oriundo da Bessarábia, como hoje se sabe. No artigo “O caminho das Américas”, disserta sobre a importância dos fluxos migratórios para o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos:

Homens de toda a espécie e de todas as classes dirigiam-se em legiões inúmeras para o Novo Continente que tão tardiamente descobriram.

O afluxo desse sangue novo imprimiu outra fisionomia à República [estadunidense]. Caravanas descolocaram-se para o Oeste, e cidades surgiram milagrosamente ao pé de montanhas aparentemente invencíveis. Pequenos burgos transformaram-se em centros de comércio e indústria, e chaminés enormes começaram a desenhar-se no espaço livre da atmosfera, embebendo-a de vapor úmido, útil e produtivo. [...].

A América do Norte é o maior exemplo de que os países novos se não quiserem arrastar-se indefinidamente pela rotina de um progresso lento e vagaroso, devem e precisam acolher o braço e o pensamento estrangeiro (Wainer, “O caminho das Américas”, *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 29).

Nota-se que Wainer intenta persuadir o leitor lançando mão da mesma estratégia de Amaral, isto é, apontar em um exemplo exterior – em geral, um país tido como “economicamente independente”, para usarmos termos da época – uma característica realçada como positiva e que também deveria ser perseguida pelo Brasil. Além disso, o jornalista sublinha a importância do trabalho braçal e intelectual dos imigrantes “de todas as espécies e de todas as classes” para o processo de industrialização do vizinho do norte. “Roosevelt, o mais humano dos homens americanos, dizia em discurso que os grandes heróis da América, antes de terem sido heróis, não eram americanos. Teriam sido filhos de humildes imigrantes que aos poucos conquistaram a terra, e depressa foram por ela conquistados” (*Idem*), escreve.

Wainer lamenta, seguidamente, que a experiência da Grande Guerra, deflagrada em 1914, tenha ensinado tão pouco à humanidade, de modo que pessoas de diferentes raças ainda sofriam com a “correnteza de velhos ódios”. Posteriormente, faz referência à pseudociência eugenista e sua postulação, grosso modo, da existência de uma inata propensão à criminalidade em determinados indivíduos. Esse cenário lamentável se dava, segundo o jornalista,

em nome de verdades apodrecidas e de tradições cobertas pelo pó dos tempos o ódio se propaga. [...] Milhões de homens brancos, pretos e amarelos perguntam

o porquê desse estado de coisas. E a resposta vem em forma de leis que já não eram estranhas ao troglodita, leis onde a punição antecede o crime, onde a intenção do ato equivale a sua execução, onde a proteção da vida se faz pela morte. Anima-se ódios de raça, de classe e de religião, e metade da humanidade é atirada à margem da vida (Wainer, "O caminho das Américas", *Diretrizes*, ano I, n. 2, maio 1938, p. 30).

A seguir, Wainer defende que o Brasil, um país "grande e desabitado", receba famílias inteiras de imigrantes, sobretudo as refugiadas, oriundas de regiões padecendo de conflitos bélicos. Sublinha-se que em nenhum momento o jornalista menciona seleção de imigrantes, tampouco majora características que seriam positivas para fins de miscigenação e "formação étnica" do povo brasileiro. Apela, com efeito, ao viés econômico da questão, argumentando que a vastidão do território nacional permite que as riquezas sejam exploradas *por todos* e que os imigrantes contribuem para o desenvolvimento econômico do Brasil, além de se tornarem, ao fim e ao cabo, brasileiros "como nós".

O Brasil está fadado a ser um dia uma grande potência. Vamos contribuir para a ressurreição destes homens expulsos da vida! Vamos dar-lhes um pouco da nossa terra, do nosso céu, da nossa liberdade e dos nossos sentimentos. Eles nos restituirão tudo multiplicado pelo seu esforço. Terra cultivada, habitada, cheia de caminhos amplos. E então, a terra será deles também, *porque eles serão como nós*. Amarão o nosso céu, lutarão pela nossa liberdade e sentirão com os nossos sentimentos. *Um dia há de partir daqui a luz de uma nova cultura, de um novo mundo*. O Brasil tem uma missão a cumprir, uma missão humana e eterna. Vamos trazer um pouco de mundo cá para dentro (*Idem*).

A questão seria retomada por Wainer em uma nota intitulada "Homens sem pátria", publicada no interior da seção "Pequenos segredos do mundo" de outubro de 1938. O texto denuncia que diferentes países vinham se recusando a receber imigrantes que "escaparam ou foram expulsos" de suas respectivas pátrias. O Brasil não é mencionado explicitamente, mas o tom acusatório do jornalista não deixa dúvidas a respeito da referência à política imigratória nacional. Segundo ele, fadadas a uma "peregrinação forçada", essas pessoas vivem transitando entre navios e cadeias em busca de um lugar para reconstruírem suas vidas, de modo que acabavam se tornando "cadáveres ambulantes", indivíduos que "estão rolando pelo mundo, de porto a porto, nação a nação, sem ter encontrado até agora um abrigo final" (Wainer, "Pequenos segredos do mundo", *Diretrizes*, ano I, n. 7, out. 1938, p. 37).¹⁵

Ainda sobre a entrada de imigrantes no Brasil, na edição de setembro de *Diretrizes*, uma notícia sem assinatura sobre o déficit de professores na Universidade do Distrito Federal destila ironia ao abordar as restrições impostas pelo governo brasileiro à admissão de intelectuais estrangeiros no país e, em particular, nas instituições públicas de ensino e pesquisa. Diante da entrada massiva de religiosos e sacerdotes da Igreja Católica, o autor do texto questiona os critérios adotados pelo governo: "técnicos e cientistas são cautelosamente repelidos das nossas costas como indesejáveis portadores de moléstias contagiosas", ao passo que "os curas de almas

¹⁵ No período em análise, essa seção de *Diretrizes* apresentava como indicação de autoria somente a letra "S.", e, por vezes, as iniciais "S.W.". A partir deste indício e da semelhança de estilo entre os artigos e as reportagens assinadas por Wainer, parece-nos seguro admitir que os textos foram redigidos por ele.

[estão] entrando pelos nossos portos em números que, se não são ainda astronômicos, já precisam talvez de mais de quatro algarismos para serem formados" ("Mais professores para a UDF", *Diretrizes*, ano I, n. 6, set. 1938, p. 4-5).

O exemplo dos Estados Unidos novamente é trazido à baila de modo a explicitar o contraste entre a legislação imigratória em vigor no Brasil e as medidas adotadas por uma nação tida como modelo de desenvolvimento econômico:

O Brasil, a julgarmos pelas precauções ultimamente tomadas a fim de evitar a importação de técnicos estrangeiros, é um país superlotado no tocante a elementos intelectuais e especializados. Regulamentos escrupulosamente aplicados tornam mais difícil a um profissional estrangeiro entrar no Brasil que ao clássico camelo evangélico passar pelo buraco de uma agulha. Sob esse ponto de vista nos singularizamos, convencidos de sermos um povo capaz de viver num regime de absoluta autarquia cultural. [...]

O Brasil é grande e nele há lugar para todos. Desejaríamos apenas que os nossos regulamentos de imigração, que já contêm categorias privilegiadas para o sacerdócio, abrissem também algumas exceções amáveis para os intelectuais, técnicos e homens de ciência, aos quais países de cultura comparável talvez a nossa, como os Estados Unidos, oferecem seduções especiais para atraí-los (*Idem*).

A esse respeito, vale acrescentar que efetivamente havia uma severa reserva por parte do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Campos, em relação à vinda de intelectuais estrangeiros para o Brasil, sobretudo após a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Campos argumentava que esses estudiosos poderiam exercer uma influência perniciosa sobre os meios intelectuais brasileiros a partir da propagação de ideias "internacionalizantes" e "dissolventes". Em 1941, por exemplo, o ministro lamentou o fato de que a imprensa formava "em torno deles [imigrantes] um ambiente de piedade e não raro lhes abre as colunas às suas lamentações e às suas perigosas ideias que por enquanto são simplesmente antiguerreiras e amanhã poderão ser antibrasileiras" (Koifman, 2015, p. 172).

Considerações finais

A abordagem divergente da questão imigratória pelos diferentes colaboradores de *Diretrizes*, em especial pelos seus sócios fundadores, Azevedo Amaral e Samuel Wainer, pode ser apreendida como um reflexo dos embates ocorridos na redação nos primeiros sete meses de vida da revista em relação ao programa editorial a ser perseguido. Pudemos observar que a agenda preconizada por Amaral no que tange à política imigratória estava, a exemplo de outros temas, alinhada ao Estado Novo e, de modo mais específico, às teses eugenistas e ao seu pensamento político, previamente exposto nos livros que escrevera ao longo da década de 1930. Todavia, essa linha editorial estava praticamente restrita a somente uma parte das páginas do periódico, isto é, aos raros editoriais e seções assinadas pelo próprio Amaral.

Durante os meses em que o ideólogo figurou formalmente como diretor-editor de *Diretrizes*, a publicação reproduziu conteúdo que divergia de suas opiniões em relação a variados

temas e, mais do que isso, crítico ao Executivo federal. Parece-nos lícito afirmar que Wainer imprimiu uma linha editorial “paralela” à revista, a qual não se ocupava da defesa da “democracia autoritária” e tecia questionamentos em relação a algumas medidas do governo. Especificamente sobre o tema da imigração, o diretor-secretário publicou artigos em prol da recepção irrestrita de imigrantes, em especial os refugiados, e interveio em benefício da publicação de outros textos críticos à legislação em vigor e ao tratamento dispensado por Vargas às comunidades de imigrantes e descendentes presentes no Brasil.

Trocando em miúdos, parece-nos que Wainer, tanto por meio de seus escritos (assinados ou não) quanto por intermédio da colaboração de outros intelectuais próximos a si na redação, já exercia, desde a primeira edição de *Diretrizes*, um significativo grau de interferência na curadoria do material publicado. A saída de Amaral da publicação, sob nossa perspectiva, seria uma consequência da crescente tensão entre as duas linhas editoriais que, embora convergissem em alguns pontos, como o combate ao antissemitismo e ao integralismo, apresentavam essências distintas no que tange ao conteúdo e a abordagem dada aos fatos, em particular aqueles pertinentes ao cotidiano do país. Na contramão do discurso de Amaral, Wainer optou por um jornalismo combativo, o qual mesclava opiniões e reportagens em prol da construção de uma perspectiva crítica em relação aos fatos.

Em novembro de 1938, Samuel Wainer saiu vencedor da disputa travada na redação. A partir de então, o jornalista se viu às voltas com uma revista para chamar de sua, aprofundando, nos anos seguintes, as estratégias para levar a cabo um programa editorial antifascista e nacionalista – e reconditamente oposicionista ao governo brasileiro, posto que deveria lidar com as imposições da censura e a repressão policial. Acompanhado de uma significativa parcela da nata da intelectualidade brasileira, Wainer se dedicou a essa tarefa até julho de 1944 quando, após um longo embate entre gato e rato, o DIP suspendeu a cota de papel de *Diretrizes*, o que resultou no fim da publicação e o autoexílio do jornalista. O periódico ainda ganharia sobrevida no formato de diário a partir de 1945, mas com direção, equipe e programa editorial completamente distintos dos tempos de revista.

Referências

Fontes

AMARAL, Azevedo. Carta a Nelson Werneck Sodré relatando que esteve com o capitão Mello Moraes e comunicando que se desligou da revista *Diretrizes* e fundou outra chamada *Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro, 19 nov. 1938. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1346636.jpg. Acesso em: 22 mar. 2023.

Diretrizes: política, economia, cultura. Rio de Janeiro, 1938-1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diretrizes/163880>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Legislação

BRASIL. Decreto-Lei n.º 383, de 18 de abril de 1938a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 406, de 4 de maio de 1938b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Bibliografia

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005a.

GOMES, Angela Maria de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar.-maio 2005b.

GOMES, Angela Maria de Castro. Azevedo Amaral e "O século do corporativismo", de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 02-04, p. 185-209, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOIFMAN, Fábio. Apontamentos a respeito do pensamento eugênico no Brasil. In: *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOIFMAN, Fábio. Cidadão carioca: a naturalização de Otto Maria Carpeaux. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, p. 169-188, 2015.

KOIFMAN, Fábio. Francisco Campos e o projeto para formação do povo brasileiro. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora Carvalho; SOUZA, César Martins de Souza; CORDEIRO, Janaina Martins. *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Prismas, 2018.

KOIFMAN, Fábio. Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945). In: REZNIK, Luís. (Org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que Pensamento e não Teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MEDEIROS, Jarbas. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro: 1914-45. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 17-100, 1975.

MEDEIROS, Nuno. A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 4, n. 2, p. 31-42. jul.-dez. 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasileiras", nas décadas de 1930, 40 e 50. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

RODRIGUÊS, Douglas Pereira. Azevedo Amaral e a coluna "Cartas de Londres": apontamentos sobre a história da imprensa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1910-1917). *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, v. 17, n. 33, p. 80-103, abr.-jul. 2023.

ROUCHOU, Joelle. Azevedo Amaral, Rubem Braga e Álvaro Moreyra nas páginas de *Diretrizes* (1938-1939). *Anais do [...] XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1722-1.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, maio 2002.

VANDERLEI, Maria Izabel Braga Weber. *O organizacionismo em Azevedo Amaral*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.